

NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: UM MAPEAMENTO DA RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SAÚDE NA CIDADE DE PONTA PORÃ/MS

SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS: MAPPING THE RELATIONSHIP BETWEEN EDUCATION AND HEALTH IN PONTA PORÃ CITY/MS

Bianca Silva Centurion¹, José Paulo dos Santos Rosas de Castro^{1*}, Martina Kieling Sebold Barros Rolim²,
Miguel Angel Torralba Jordan², Rita de Fátima da Silva Rosas de Castro¹

1. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, Brasil.
2. Universidade de Barcelona, Barcelona, Espanha.

*Autor correspondente: paulocastroslz@gmail.com

RESUMO

O estudo parte do princípio da inclusão das crianças com Necessidades Educacionais Especiais que carecem de intervenções na área médica. Buscou-se através de uma pesquisa exploratória e de campo, verificar os meios de identificação, diagnóstico e acompanhamento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais, na cidade de Ponta Porã/MS. Para a coleta de dados, foram utilizados questionários aplicados em três âmbitos: 1. Estado: Núcleo de Educação Especial; 2. Município: Secretaria de Educação; 3. Escola: Sala de Recursos Multifuncionais. Os dados levantados na pesquisa deixam claro que o processo educacional é multifatorial. É possível afirmar que fatores externos à escola contribuem para que o educando se desenvolva de forma plena. Percebe-se a importância da conexão direta entre Educação, Saúde, Assistência Social e a família. Tais conexões são essenciais no processo educacional de quem apresenta Necessidades Educacionais Especiais.

Palavras-chaves: Necessidades Educacionais Especiais. Inclusão. Trabalho Multidisciplinar.

ABSTRACT

The study is based on the inclusion principle of children with special educational needs who need interventions in the medical field. It was searched through an exploratory and field research, to verify the means of identification, diagnosis and follow-up of children with Special Educational Needs, in the city of Ponta Porã / MS. For data collection, questionnaires were applied in three scopes: 1. State: Special Education Center; 2. Municipality: Secretary of Education; 3. School: Multifunctional Resource Room. The data collected during the research make it clear that the educational process is multifactorial. It is possible to affirm that factors external to the school contribute to the development of the learner. It is perceived the importance of the direct connection between Education, Health, Social Assistance and the family. Such connections are essential in the educational process of those who have Special Educational Needs.

Keywords: Special Educational Needs. Inclusion. Multidisciplinary work.

1. INTRODUÇÃO

As Necessidades Educacionais Especiais (NEE), afetam uma grande parcela da população brasileira e são uma das causas mais frequentes de baixo rendimento escolar. As NEE atribuem-se às carências no processo de ensino-aprendizagem, ou seja, às dificuldades de aprendizagem apresentadas pela criança no decorrer do percurso escolar. Essas dificuldades podem não estar associadas a uma “*Pessoa em Condição de Deficiência*”(PCD) [1]. Algumas condições de deficiência comprometem o sistema cognitivo da criança, gerando dificuldades acentuadas no processo de aprendizagem. No entanto, nem todas as PCD têm tal

comprometimento. A deficiência auditiva carece de um professor intérprete, mas pode não apresentar outras necessidades, uma vez que seu aspecto cognitivo é idêntico a outras crianças sem o comprometimento auditivo. O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá igualmente aos demais educandos.

Existem casos que exigem intervenção médica especializada com o objetivo de identificar e sanar essa adversidade. Uma criança que apresenta problemas de leitura pode necessitar da ação de um oftalmologista para identificar a necessidade de intervenção. As necessidades atribuem-se às dificuldades de aprendizagem sejam provenientes de deficiências, síndromes ou não. Ao se identificar fenômenos que a metodologia de ensino não consiga sanar, deve-se apurar a sua causa. A criança deve ser avaliada pela área psicopedagógica e encaminhada a outras especialidades da área da saúde. Estes são os passos necessários para um eficiente acompanhamento e diagnóstico do fenômeno. Percebe-se a importância do trabalho interdisciplinar entre a Educação e a Saúde, uma vez que as NEE podem advir de causas que a escola pode não identificar.

Buscou-se através de uma pesquisa exploratória e de campo, verificar os meios de identificação, diagnóstico e acompanhamento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais, na cidade de Ponta Porã/MS. Foram cumpridas as seguintes fases: 1. Prévia ao encaminhamento: Verificar como a escola encaminha o aluno com alguma NEE à Rede de Saúde para avaliação, diagnóstico e acompanhamento necessário. 2. Posterior ao encaminhamento: Identificar a duração do atendimento e do diagnóstico da área de Saúde; Identificar quais as NEE mais frequentes; Verificar a conexão entre Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde, visando o acolhimento das crianças com NEE.

1.1. TERMINOLOGIA - NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

O termo “*Necessidades Educacionais Especiais*” [2] foi introduzido pela primeira vez no Relatório Warnock em 1978, no Reino Unido. O relatório identificou que 20% das crianças em idade escolar apresentaram necessidades educativas especiais. Mediante tais dados, foi proposto pelo relatório a substituição do preceito médico pelo preceito educativo, garantindo assim o desenvolvimento da criança dentro das escolas. Esta foi uma influência para o conceito da Educação Especial. Segundo este documento, as NEE não comportam apenas os alunos em condição de deficiência, mas todos aqueles que apresentam dificuldades específicas na

aprendizagem. Em 1994, a Organização das Nações Unidas (ONU) conceitua as NEE na Declaração de Salamanca:

No contexto desta Estrutura, o termo necessidades educacionais especiais refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. [3]

Reconhece-se assim a escola para todos, alargando o termo NEE presente no relatório Warnock. A Declaração remete ao princípio de que as escolas devem se adaptar a todas as crianças, independentemente das suas incapacidades:

As escolas terão de encontrar formas de educar com sucesso estas crianças, incluindo aquelas que apresentam incapacidades graves, e todas as crianças e jovens cujas carências se relacionam com deficiências ou dificuldades escolares. Muitas crianças apresentam dificuldades escolares e, conseqüentemente têm necessidades educativas especiais, em determinado momento da sua escolaridade. As escolas terão de encontrar formas de educar com sucesso estas crianças, incluindo aquelas que apresentam incapacidades graves. [3]

Destaque-se que a terminologia Necessidades Educativas Especiais (NEE) não substitui a nomenclatura Pessoa em Condição de Deficiência (PCD), uma vez que as PCD podem não apresentar NEE ou as crianças com NEE podem não estar em condição de deficiência.

1.2. MARCADORES HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Historicamente a Educação delimitou-se como um privilégio de um determinado grupo social. Foi a partir da democratização e de uma nova visão sobre os direitos humanos que avanços foram realizados no sistema de ensino quanto à inclusão das PCD. Segundo SILVA e ARAUJO [4], a Educação Especial originou-se no Brasil com a “*criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais*”. Em 1854 fundou-se o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant e em 1857 criou-se o Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos, ambos no Rio de Janeiro. No século XX foram criadas instituições para atendimento especializado das PCD. Em 1926 foi

criado o Instituto Pestalozzi, para atendimento às pessoas com deficiência mental. Em 1945, com Helena Antipoff, surge o primeiro atendimento educacional especializado para as pessoas com superdotação. Em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A partir de 1961, com a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) [5], o atendimento educacional às PCD passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Nacional (LDBEN) [6] que aponta o direito dos “*excepcionais*” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Encontramos alguns marcos relevantes na PNEE :

- Em 1971, a Lei nº. 5.692/71 (revogada pela Lei nº 9.394, de 20.12.1996), altera a LDBEN de 1961, ao definir tratamento especial para os alunos com deficiências físicas, mentais ou os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados [7];
- Em 1973 cria-se o Centro Nacional de Educação Especial, que passa a ser responsável pela gerência da educação especial no Brasil;
- A Constituição Federal de 1988 apresenta no seu inciso IV do art.3º, um dos seus objetivos fundamentais, o de “*promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*” [8];
- O Estatuto da Criança e do Adolescente no seu artigo 55.º, determina que “*os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino*” [9];
- Em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial [5];
- Na Lei nº 9394/96, o seu artigo 59.º preconiza que “*os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades*” [6];
- O decreto nº 3.298, que define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatiza a atuação complementar da educação especial ao ensino regular [9];
- As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que determinam no seu art 2.º que o sistema de ensino deve matricular todos os alunos, cabendo às escolas a organização do atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais [10];
- O Plano Nacional de Educação (PNE) destaca “[...] a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” [11] ;

- Segundo a Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001 [10], no seu Art. 6.º:

Para a identificação das necessidades educacionais especiais dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação do aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

 - I. A experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
 - II. O setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;
 - III. A colaboração da família e a cooperação dos serviços de Saúde, Assistência Social, Trabalho, Justiça e Esporte, bem como do Ministério Público, quando necessário.

Portanto, os educandos ao apresentarem alguma Necessidade Educacional Especial durante todo percurso escolar, tem direitos a avaliação psicopedagógica e avaliação médica para que se conclua a real necessidade do aluno.

- No Art.º 10º da Resolução anterior encontramos direcionamentos específicos para alunos com NEE:

Os alunos que apresentem necessidades educacionais especiais e requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos, bem como adaptações curriculares tão significativas que a escola comum não consiga prover, podem ser atendidos, em caráter extraordinário, em escolas especiais, públicas ou privadas, atendimento esse complementado, sempre que necessário e de maneira articulada, por serviços das áreas de Saúde, Trabalho e Assistência Social.

- A Resolução CNE/CP nº1/2002 estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica. Define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular a formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais [12];

- A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas

institucionalizadas de apoiar o seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia [13];

- A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que estabelece que os Estados brasileiros adotem medidas para garantir a não exclusão [14];
- Em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação, apresenta como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado [15].
- O Decreto nº 6.094/07 estabelece a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas [16];
- Em 2011, o decreto nº 7.611 revoga o decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Restabelece as diretrizes para o atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino público ou privado [17];
- Em 2011, o PNE tem como uma das suas metas: *“Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”* [11];
- Em 2012 a Lei nº 12.764 institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista [18];

Segundo Sylvia Maria Ciasca, Professora Doutora em Neurologia Infantil do Departamento de Neurologia da Faculdade de Ciências Médicas/UNICAMP, *“O Distúrbio de Aprendizagem é, sem dúvida, o mais inter e multidisciplinar dos temas, porque requer o envolvimento de vários profissionais e mescla, em seu conteúdo, as áreas de saúde, educação e assistência social”* [20]. Apesar de educandos com Dislexia, Discalculia e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) não serem público alvo da Educação Especial, eles também passam pela análise das diversas especialidades. Percorrem o mesmo caminho para a obtenção do diagnóstico. Portanto, não se refere apenas ao público da Educação Especial, e sim a todo o público da Educação que apresentar NEE. Gomes e Volpato [22] demonstram-se alinhados com esta realidade :

A presença de uma equipe interdisciplinar é colocada como necessária e urgente para atender as inúmeras e complexas demandas que circulam a escola e influenciam no processo educativo. Assim, basta a esta equipe implementar propostas e orientações aos familiares, aliadas aos atendimentos com os indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais, assim como propiciar informações qualificadas, estratégias de trabalho mais eficientes e ações adequadas para cada caso.

A inclusão de alunos com NEE na educação formal foi realizada com o discurso de garantir os direitos de todos. Mantoan [21] destaca que:

Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional.

Porém, a inclusão social também faz parte do processo. Sasaki [22] afirma o seguinte:

O processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parcerias, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

1.3. DOCUMENTOS MUNICIPAIS DE PONTA PORÃ

Na cidade de Ponta Porã, na Educação para o Ensino Fundamental, existem dois documentos normativos. O primeiro é o Referencial Curricular do Ensino Fundamental de 2014 que apresenta os conteúdos programáticos do 1º ao 9º ano. No que se refere à Educação Especial o Referencial Curricular apresenta um breve histórico da educação especial na cidade, como consta na p. 21:

[...] De acordo com os dados, documentais que fazem parte da educação especial inclusiva das Escolas Municipais de Ponta Porã, a mesma teve seu início no final da década de 90 com a criação de duas classes especiais para alunos que apresentavam deficiência física intelectual, mental ou sensorial, altas habilidades e superdotação. No início da década de 2005 desativa-se as

classes especiais e dá-se início da inclusão e do atendimento educacional especializado através das salas de recurso, tendo como ponto partida a criação de duas destas, atendendo cinquenta e quatro alunos que possuíam deficiência ou dificuldade de aprendizagem, sendo este número em maior porcentagem.

Em 2014, o município atendia cerca de cento e dez alunos distribuídos em dezesseis Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). Disponibilizava oportunidades na formação em Língua Brasileira de Sinais com o intuito de melhorar e aumentar o número de profissionais intérpretes no município. Ainda no que se refere a Educação Especial, o Referencial apresenta algumas sugestões de conteúdos a serem desenvolvidos nas SRM. O segundo documento normativo é o Plano Municipal de Educação de Ponta Porã (PME) [19], criado e aprovado pela Lei N. 4.100, de 02 de junho de 2015, publicado no Diário Oficial de Ponta Porã. Na página 61 do PME encontramos o seguinte ideal:

[...] O Plano Municipal de Ponta Porã, apresenta estratégias, idealizando um atendimento de qualidade na inserção de todos os portadores de necessidades especiais, adotando o trabalho intersetorial entre as demais Secretarias do Município, além da articulação com as demais esferas: nacional e estadual no que tange a formação continuada dos profissionais da educação, principalmente, os docentes, e a implementação/adaptação das instituições educacionais para sanar este problema que permeiam as escolas brasileiras.

O PME apresenta 20 metas para a educação especial. Damos especial destaque à meta nº 4.5, na página 62, que promove a ação multidisciplinar municipal :

[...]Promover parcerias a partir do primeiro ano de vigência do PME, a criação de centros multidisciplinares para avaliação, apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais da área da pedagogia, assistência social, da saúde (psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista e terapeuta ocupacionais) e de novas tecnologias ao trabalho dos (as) professores da Educação Básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo teve por objetivo principal verificar os meios de identificação, diagnóstico e acompanhamento das crianças com Necessidades Educacionais Especiais, na cidade de Ponta Porã/MS. Foi investigada a conexão entre Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde com foco no atendimento dos alunos que necessitam de atendimento especializado. Para alcançar o objetivo da pesquisa, foram utilizadas duas metodologias: Pesquisa Exploratória e Pesquisa de Campo. No estudo exploratório, foram realizadas pesquisas bibliográficas com o intuito de estudar e analisar o contexto histórico, a legislação, os discursos relacionados à inclusão, os atendimentos às crianças com NEE, os dados teóricos, os documentos normativos e as leis constituídas.

Na pesquisa de campo, utilizamos um questionário. Segundo Antônio Carlos Gil, o questionário pode ser definido como [...] *“a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”* [23]. O questionário objetivou mapear a identificação, os encaminhamentos e os diagnósticos das crianças com NEE, dentro da rede educacional e da saúde. Verificamos também se as crianças encaminhadas receberam o diagnóstico específico; qual o prazo de conclusão da etapa de encaminhamento e fechamento de diagnóstico; quais os profissionais envolvidos nas etapas e se o acompanhamento das crianças é feito em centro especializado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 RESULTADOS

Quadro 1: Questionário

Perguntas	Respostas	
1. Como são realizados os encaminhamentos?	1.1 Estado: Técnicas do Núcleo de Educação Especial	Primeiro na escola, o aluno passa por avaliação psicopedagógica, caso haja necessidade a criança é encaminhada ao clínico ou pediatra do posto mais próximo da sua casa. Irá apresentar a recomendação psicopedagógica que a escola irá fornecer e o mesmo encaminhará para as especialidades médicas necessárias para que seja feita a , depois deve aguardar até consultar com os especialistas para fechar o diagnóstico. Porém até que a criança retorne a escola com o laudo continuamos atender a criança através de orientações ao professor da sala.
	1.2 Município: Coordenadora	O Coordenador e Professor Regente preenchem um Questionário que é entregue para o Professor da

Perguntas	Respostas	
	Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	Sala de Recurso Multifuncional; em seguida o professor da Sala de Recurso ou a técnica da Secretaria de Educação realiza uma avaliação diagnóstica.
	1.3 Escola: Psicopedagoga da Sala de Recursos	Caso a criança necessite de encaminhamento, solicitamos a presença dos pais ou responsáveis para comunicarmos a necessidade de atendimento especializado. Explicamos e orientamos todo o processo a ser seguido, como: 1º passo Posto de Saúde, onde a criança passa por um pediatra e o mesmo o encaminhará para o neurologista, e este solicitará exames e os atendimentos necessários para se chegar ao diagnóstico. O mesmo acontece com alunos que necessitam de Fonoaudiologia, Oftalmo, Psicólogo, etc.
2. Quais os profissionais envolvidos durante todo processo de diagnóstico (na escola e na saúde)? Na saúde, todos profissionais envolvidos, atendem na cidade?	2.1 Estado: Técnicas do Núcleo de Educação Especial	Na escola professor, coordenação, direção e as técnicas da NUESP, na saúde primeiro o clínico do posto que encaminhará conforme a necessidade do aluno. E tem todas as especialidade na cidade pelo SUS, porém a demanda é grande e geralmente demora.
	2.2 Município: Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	É avaliado pela professora de sala , pela Coordenadora e professores de Sala de Recurso Multifuncional e após é feito um estudo de caso e posteriormente encaminhamos para a Saúde, para um Pediatra que verá as necessidades de exames e profissionais de outras áreas. Importante respaldar que nossa avaliação na escola avalia como suspeita de uma necessidade. Quem dá o Laudo é somente o profissional da saúde. Nossas Avaliações são somente a Psicogênese da leitura e escrita, pontuar seu nível de aprendizagem e se o mesmo apresenta idade cronológica correspondente.
	2.3 Escola: Psicopedagoga da Sala de Recursos	Na escola e levantada a suspeita, após a suspeita é realizada uma avaliação, um relatório e esse aluno é encaminhado para o profissional habilitado na área da saúde.
3. É realizado algum exame para fechar o diagnóstico? Qual? Em média quanto tempo leva para que se conclua o diagnóstico?	3.1 Estado: Técnicas da Técnicas do Núcleo de Educação Especial	Sim, depende da necessidade de cada aluno. O tempo que demora e intermediário, depende de vários fatores, geralmente mais de 1 ano
	3.1 Município: Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	Tempo de 15 dias para avaliação da escola, Coordenadora e Professores de Sala de Recurso Multifuncional e logo após é feito um estudo de caso e posteriormente encaminhamos para a Saúde, para um Pediatra que verá as necessidades de exames e profissionais de outras áreas
	3.3 Escola: Psicopedagoga da Sala de Recursos	Sim, com certeza, o aluno é encaminhado ao profissional especializado, após a avaliação (consulta) irá solicitar os exames necessários para aquele caso específico, cada caso é um caso. Geralmente são meses e até um ano para que se feche um diagnóstico, pois a criança passa por mais de um especialista é solicitado vários exames, dependendo do caso.
4. Após o diagnóstico, a criança passa a fazer algum	4.1 Estado: Técnicas do Núcleo	Sim, após o diagnóstico e o laudo, a criança passa a ter o direito a frequentar a Sala de Recursos.

Perguntas	Respostas	
acompanhamento específico, ou apenas retorna com o laudo para escola?	de Educação Especial	
	4.2 Município: Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	Após avaliação pedagógica, que descobrimos suas dificuldades de aprendizagem iniciamos as intervenções em sala e o mesmo é matriculado na Sala de Recurso Multifuncional.
	4.3 Escola: Psicopedagoga da Sala de Recursos	Além de retornar com o laudo, que dá o direito de frequentar a Sala de Recursos, continua o acompanhamento com o profissional especializado, que irá determinar o tempo de atendimento e o uso de medicação. Se a criança faz uso de medicação, sempre tem retorno ao médico para atualizar a dosagem ou mudança de medicação, caso necessário.
5. Existe alguma ponte entre a secretaria de educação e a secretaria de saúde para que haja um atendimento rápido para as crianças que apresentarem alguma dificuldade?	5.1 Estado: Técnicas do Núcleo de Educação Especial	Não existe nenhum convênio entre Secretaria de Educação e Secretaria de Saúde, atualmente os encaminhamentos e exames estão sendo realizados via sistema, que em alguns casos prejudicou o andamento, pois quando percebemos que o caso era mais específico, conseguimos agilizar o atendimento, hoje, com o sistema isso não é mais possível.
	5.2 Município: Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	Temos duas Assistentes Sociais que fazem visita a família do aluno e também orientam, encaminham e acompanham esse aluno juntamente com seus pais.
	5.3 Escola: Psicopedagoga da Sala de Recursos	Não, em alguns casos de extrema urgência, a Secretaria interfere, mas a maioria dos casos, essa ponte e entre a escola, Posto de Saúde e o especialista que foi agendado pelo posto como (Pediatra, Neurologista, Fonoaudiólogo, Oftalmologista, Psicólogo)
6. Existe algum centro de especialidade para acompanhamento dessas crianças? E Quais os profissionais disponíveis para o atendimento dos mesmos?	6.1 Estado: Técnicas do Núcleo de Educação Especial	Não, existe apenas o Kayatt, que oferece atendimento de algumas especialidades pelo sus, porém atende toda a sociedade, não existe nada específico ou exclusivo para os deficientes ou NEE.
	6.2 Município: Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	Temos no Centro de Especialidade Fonoaudióloga e Psicóloga.
	6.3 Escola: Psicopedagoga da Sala de Recursos	Existe um centro de especialidade na cidade que disponibiliza atendimento para Pediatra, Neurologista, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Oftalmologista, mas sempre com agendamento e quase sempre e moroso.
7. A secretaria de Educação ou Secretaria de Saúde, disponibiliza uma equipe multidisciplinar para acompanhar as crianças que apresentam NEE?	7.1 Estado: Técnicas do Núcleo de Educação Especial	Não, como na pergunta anterior, na cidade temos apenas o Kayatt.
	7.2 Município: Coordenadora Pedagógica da	O descritor da pergunta foi respondido na 18

Perguntas	Respostas	
	Secretaria Municipal de Educação	
	7.3 Escola: Psicopedagoga da Sala de Recursos	A Secretaria de Educação disponibiliza 1 técnica em Educação Especial, Assistente Social e professores formados que atendem nas Salas de Recursos. A Secretaria de Saúde, disponibiliza Pediatra, Neurologista, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Oftalmologista, entre outras especialidades, mas sempre com agendamento que é realizado através do Posto de Saude, através de sistema.
8. Existe algum mapeamento das necessidades especiais existentes na cidade de Ponta Porã? Se existe, qual a escola apresenta maior índice de necessidade educacional especial? E qual e a necessidade mais frequente?	8.1 Estado: Técnicas do Núcleo de Educação Especial	Sim, na rede Estadual e um total de 66 alunos, sendo: Adê Marques: 22 Geni: 4 Fernando Saldanha: 7 Miguel Marcondes: 4 Lions: 10 Calvoso: 5 Mendes Gonçalves: 6 Pedro Afonso: 3 Joaquim Murtinho: 5 A escola Estadual com um índice maior de NEE e o Adê Marques com 22 crianças.
	8.2 Município: Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	Na Educação só sabemos os que estão matriculados em escolas e centro de Educação Infantil. Indico uma visita a Secretaria de Saúde para saber esses dados. Sobre a escola que apresenta um índice maior de necessidade educacional temos as Escola Municipal de Educação Manoel Martins e Escola Municipal Isaac Borges Capillé.
	8.3 Escola: Psicopedagoga da Sala de Recursos	Existe o senso, e o TDAH e o mais frequente.
9. Como você avalia o apoio oferecido pela rede de ensino a esses alunos? e pela rede de saúde?	9.1 Estado: Técnicas do Núcleo de Educação Especial	Existem o apoio na rede, atualmente está sendo implantado um projeto de sala de apoio para atender as crianças com Dislexia, em Itamarati já tem uma. Além da Ceame (Centro Estadual de Apoio Multidisciplinar Educacional ao Estudante com Transtorno do Espectro Autista) Copesp (Coordenadoria de Políticas para Educação Especial) e Ceada (Centro Estadual de Atendimento ao Deficiente da Audiocomunicação) para deficiente auditivo. Atendimento domiciliar não existe no momento, porém a criança tem esse direito.
	9.2 Município: Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	Avaliando o Histórico de Educação Especial Inclusiva no Município de Ponta Porã de 2000 até o presente ano, avaliamos como um período muito bom e positivo. Avaliamos e comparamos com outros municípios também reconhecemos que estamos à frente. Para finalizar, sabemos que estamos melhor que no passado mas, entendemos que podemos crescer. A Educação Especial Inclusiva está sempre em crescimento, movimento, está sempre inacabada.
	9.3 Escola: Psicopedagoga da Sala de Recursos	Bom, mais poderia melhorar, ser melhor e mais rápido, a maioria dos nossos alunos são carentes e não possuem condições financeiras para arcar com todo os gastos referentes a exames, consultas, medicações e acompanhamentos até e após chegar ao laudo. Dependem do SUS que é lento, demorado, as vezes consegue agendar que demora

Perguntas	Respostas
	2, 3 meses ou mais, e no particular e muito caro. Além da situação financeira, necessita de disponibilidade de tempo para acompanhar a criança e a grande maioria depende de trabalho para se sustentar, não podendo se ausentar.

2. Fonte: Instrumento de coleta de dados da pesquisa: **Necessidades Educacionais Especiais: Um mapeamento da relação entre Educação e Saúde na cidade de Ponta Porã/MS, 2018.**

3.2 DISCUSSÕES

O questionário foi aplicado em três âmbitos diferentes: 1º: Estado (Técnicas do Núcleo de Educação Especial), 2º: Município (Coordenadora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação) e 3º: Escola (Psicopedagoga da sala de recursos). Teve por objetivo central mapear a execução dos encaminhamentos para rede de saúde, das crianças identificadas com NEE. Também objetivou verificar se as crianças encaminhadas receberam o diagnóstico específico e qual o prazo de conclusão da etapa de encaminhamento e fechamento de diagnóstico. A seleção dos sujeitos para administrar o questionário intencionou identificar as visões e conceitos das diversas esferas. Foram cinco os sujeitos alvo: três técnicas do Núcleo de Educação Especial (NUESP), uma coordenadora pedagógica da Secretaria de Educação Municipal e uma psicopedagoga atuante em SRM. A primeira pergunta objetivava identificar os dados pessoais e a formação dos sujeitos. Verificamos que todos possuem formação em Pedagogia, Pós-graduação em Psicopedagogia, são todos do gênero feminino e atuam há mais de 6 anos na área da Educação e Educação Especial. As demais perguntas focam no processo de avaliação e encaminhamento das crianças com NEE.

Em Ponta Porã, na rede escolar Estadual, existem sete SRM com dezassete professores de apoio, quatro técnicas do NUESP e oito intérpretes da Linguagem Brasileira de Sinais. Cinco salas são localizadas nas escolas da zona urbana e duas nas escolas da zona rural. Nestas SRM são atendidos os educandos que apresentam o laudo médico. Já no município existem treze SRM com quatorze professores atuantes que atendem todos os educandos identificados com NEE, dando atendimento prioritário àqueles que possuem laudo médico.

Na LDBN [6] determina que *“haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”*. Na Rede Municipal e Estadual de ensino de Ponta Porã, foi verificado que esse serviço é oferecido à criança com NEE. Existem um total de trinta e três escolas no Município, das quais 40% possuem SRM, segundo o Plano Municipal de Educação [19], no ano de 2005

existiam apenas cinco. Verifica-se que apesar da SRM não estar presente em todas as escolas, já existiu um aumento considerável da sua quantidade e abrangência no município. Foi evidenciado que os alunos com NEE recebem suporte até à conclusão do diagnóstico.

As etiologias para atendimento mais frequentes apontadas pelas entrevistadas são : Paralisia Cerebral; Deficiência Intelectual; Deficiência Visual; Cegueira; Deficiência Auditiva; Surdez; Síndrome de Down; Síndrome de Duchenne; Transtorno de Espectro Autista; Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade e Dislexia.

Quanto à forma do atendimento, tanto o Estado quanto o Município, seguem o mesmo processo. É feito no contra turno e em sala de aula com o professor de apoio. No contraturno, são duas aulas diárias, duas vezes na semana. Os alunos identificados com Transtorno do Espectro Autista, Surdez e Cegueira recebem atendimento individual. Para os demais, o atendimento acontece em grupos de até 5 indivíduos. Normalmente os atendimentos são originados por informações dos professores que identificam dificuldades na criança em sala de aula. Dificuldades associadas a problemas na leitura, na escrita ou na adaptação do aluno. Outra dificuldade identificada é o fraco envolvimento dos pais das crianças com NEE. Veja-se mediante o recorte da fala de uma das colaboradoras da pesquisa:

Atualmente (2018) temos uma média de 20% de pais que resistem, por desconhecimento, de procurar a Saúde, ou não tem parâmetros para reconhecer a necessidade. As crianças são encaminhadas para atendimento na sala de recurso e após este contato, o pai é chamado e informado dos próximos procedimentos a serem seguidos.

Segundo Schirmer, *“sabe-se que se um aluno com dificuldades de aprendizagem for bem conduzido pelos profissionais de saúde e educação, em conjunto com a família, poderá obter êxito nos resultados escolares”* [24]. São vários os profissionais envolvidos no processo de diagnóstico da criança com NEE, sendo o professor uma chave fundamental nesse contexto. Mas, sem o apoio e acompanhamento da família, esse caminho é mais árduo.

Verificou-se que processo de investigação no contexto escolar é rápido. Já o mesmo não acontece no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), em que se demonstra lento e tortuoso. Para além da demora na aceitação do processo de diagnóstico, o SUS não atende prontamente os casos recebidos. São diversos os especialistas envolvidos na conclusão dos diagnósticos das crianças com NEE. Estas dificuldades exigem dos pais das crianças inúmeras faltas aos seus empregos, originando a inviabilidade do acompanhamento familiar com a consequente rutura do processo.

Fica clara a importância da equipe multidisciplinar que atenda a demanda escolar. Sem as morosas e as complexas burocracias que impedem o acesso rápido e ágil à conclusão dos diagnósticos. No PME de Ponta Porã, foram apresentados 20 metas para a educação especial, do qual se destaca:

[...]Promover parcerias a partir do primeiro ano de vigência do PME, a criação de centros multidisciplinares para avaliação, apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais da área da pedagogia, assistência social, da saúde (psicólogo, fonoaudiólogo, neurologista e terapeuta ocupacionais) e de novas tecnologias ao trabalho dos (as) professores da Educação Básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Verificamos que tal meta não foi alcançada. Apesar do Município oferecer um centro de especialidade, este é específico à Educação. Não possui convênios ou vínculos que possibilitem à criança o acesso rápido às especialidades necessárias ao diagnóstico sobre as Necessidades Educativas Especiais. Observamos que somente após o moroso processo da conclusão do diagnóstico é que a criança conquista o acesso à Sala de Recursos Multifuncionais.

É possível observar nas respostas às perguntas 5, 6 e 7 do quadro 1, que não existe nenhuma ponte conectando a Secretaria de Educação com a Secretaria de Saúde. Ambas trabalham de forma separada. Apesar de Secretaria de Educação estar atenta às necessidades dos alunos encaminhando-os ao SUS, o caminho até a conclusão do diagnóstico é longo e lento. O laudo diagnóstico pode levar até um ano para ser efetivado.

Não existe convênio entre o SUS e a Secretaria de Educação no município para atendimento prioritário às crianças identificadas com Necessidades Educativas Especiais. Só em alguns casos, aqueles que apresentam extrema urgência, recebem o atendimento preferencial.

O apoio à comunidade do município acontece através do Centro Regional de Especialidades Dr. João Kayatt. Este centro disponibiliza neurologista, pediatra, psicólogo, fonoaudiólogo, oftalmologista, fisioterapeuta, entre outros, para atender os alunos com NEE. No entanto, a demanda é muito grande, gerando morosidade no agendamento. Alguns dos casos exigem exames realizados em localidades distantes, aumentando o tempo de conclusão da diagnose.

CONCLUSÕES

Fica claro com esta pesquisa que o processo educacional é multifatorial. Este depende de variados fatores para a sua satisfatória efetivação. Percebe-se a importância da conexão direta entre a Educação, a Saúde, a Assistência Social e a família. Essas relações são essenciais no processo educacional das crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Ficou evidente a necessidade do envolvimento de diversas áreas e especialidades profissionais para a identificação e a diagnose das necessidades educacionais dessas crianças. Na maior parte dos casos é necessária a intervenção de uma equipe multidisciplinar para a obtenção de um diagnóstico completo. No entanto, percebe-se que não há nenhuma ponte direta entre a Educação e a Saúde. São necessárias ações que garantam a identificação e o atendimento especializado adequado às Necessidades Educacionais Especiais dessas crianças. Apesar do Município disponibilizar um Centro de Especialidades, este não é específico à Educação e não existe convênio que possibilite à criança com NEE um acesso ágil à identificação e diagnóstico.

Percebe-se que no âmbito escolar, são muitos os esforços empreendidos para identificar esses fenômenos e proporcionar o encaminhamento a essas crianças. Porém, não basta apenas o serviço de apoio especializado no contexto escolar. Esta pesquisa deixa claro que a criança com NEE carece de atendimento especializado na área da Saúde. Demonstra-se pertinente o redimensionamento do olhar voltado para a promoção de ações voltadas para o processo de construção de práticas que atendam a educação de todas as crianças. Tornar a escola verdadeiramente inclusiva é dar ao aluno uma maior possibilidade de desenvolvimento seguro e pleno.

Foram feitos alguns avanços em torno dos alunos com NEE, mas muito ainda está por se fazer para que se cumpra o estabelecido nas diretrizes nacionais, estaduais e municipais. A Educação é um processo em constante e permanente mutação. A evolução dos conceitos sobre a inclusão de Pessoas em Condição de Deficiência e a identificação das crianças com Necessidades Educativas Especiais, gera uma demanda na adaptação dos processos que promovem a amenização das dificuldades educacionais. Construir a ponte entre Educação e Saúde torna-se assim uma necessidade imperiosa.

As Necessidades Educacionais Especiais não identificadas comprometem não apenas o desempenho da criança na escola, mas também a vida social e o futuro profissional do indivíduo. O avanço dos conhecimentos técnicos e científicos na área da Saúde e da Educação

permitem hoje identificar as necessidades especiais com um elevado grau de acerto. As competências de uma equipe multidisciplinar habilitam a capacidade de abranger e atender com maior amplitude e rigor os fenômenos das NEE. Unir as estratégias pedagógicas com o acompanhamento dos especialistas da área da saúde e com o apoio familiar, torna-se uma condição essencial para atingir a meta da inclusão educacional de todas as crianças. É então, imprescindível o investimento na capacitação das aptidões dos profissionais envolvidos com as NEE, promovendo diálogos, políticas e práticas direcionadas a toda a comunidade educacional, médica e familiar.

REFERÊNCIAS

- [1] SILVA, R. D. F. DA; JÚNIOR, L. S.; ARAÚJO, P. F. de. **Educação física adaptada no Brasil: Da historia à inclusão educacional**. São Paulo: Phorte Editora, p. 13, 2008.
- [2] WARNOCK, H M et al. **Special Educacion needs. Report of Committee of Enquiry into the Education of handicapped children and young people**. London : Her Majesty's Stationey Office, p. 36, 1978.
- [3] ONU. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, p. 3-6, 1994.
- [4] SILVA, R.D.F. DA; ARAÚJO, P. F. DE. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada**. São Paulo: Phorte Editora, p. 78-132, 2012.
- [5] BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília, 1994.
- [6] BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.
- [7] BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Lei de Diretrizes e Bases. Brasília, 1971.
- [8] BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.
- [9] BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 3.298**. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília , 1999.
- [10] BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB n. 02/2001**. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.
- [11] BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei n 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Plano Nacional de Educação. Brasília, 2001.

[12] BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** MEC/SEESP, 2001.

[13] BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2002.

[14] BRASIL, SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Brasília, 2010.

[15] BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** Brasília, 2007.

[16] BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007.

[17] BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

[18] BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

[19] PONTA PORÃ, PODER EXECUTIVO. **Plano Municipal de Educação.** Disponível em: < <http://www.pontapora.ms.gov.br/leis/37.pdf>>. Acesso em 04/02/2018.

[20] CIASCA, SYLVIA MARIA. Dificuldades de Aprendizagem - compreender para melhor educar. Distúrbios de Aprendizagem - uma questão de nomenclatura. Rio de Janeiro: **Revista SinPro**, 2003, p. 4-8.

[21] MANTOAN, MARIA TERESA EGLÉR. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, p. 12, 2003.

[22] SASSAKI, ROMEU KAZUMI. **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: Ed. WVA, p. 3, 1997.

[23] GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, p. 128, 2008.

[24] SCHIRMER, CR et al. Distúrbios da aquisição da linguagem e da aprendizagem. **Sociedade Brasileira de Pediatria, Jornal de Pediatria** – Vol. 80, nº 2 (Supl), p. 39, 2004.